



**Relatório da conjuntura do segmento de geração
termelétrica no Brasil**

Fevereiro de 2020

Sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
MERCADO.....	4
LEILÕES.....	11
REGULAÇÃO.....	13
EMPRESAS	16

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento foi elaborado no âmbito do estudo realizado pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL), acerca da geração termelétrica no Brasil. Sua metodologia consiste na análise das notícias publicadas no Informativo do Setor Elétrico (IFE), sobre o mercado de gás natural e a geração termelétrica no país, ao longo do mês de fevereiro de 2020.

O relatório foi estruturado a partir de quatro categorias: Mercado, Leilões, Regulação e Empresas. As principais notícias relacionadas a estas quatro áreas foram selecionadas e analisadas, destacando que os links para as fontes originais podem ser encontrados ao final de cada seção.

Na seção Mercado, foram examinadas as notícias relacionadas às tendências de preços e condições de fornecimento do produto no mercado brasileiro. De modo geral, esta categoria refere-se às notícias de ordem conjuntural do setor, que impactam na tomada de decisões dos agentes.

A seção Leilões tem como objetivo a análise das perspectivas para a realização de leilões, bem como as expectativas dos agentes envolvidos.

A seção Regulação inclui o exame das notícias referentes ao marco regulatório do mercado de gás e da geração termelétrica.

Por fim, na seção Empresas, é realizada a análise das principais notícias relacionadas a agentes relevantes e sua atuação nos segmentos de gás natural e geração termelétrica do país.

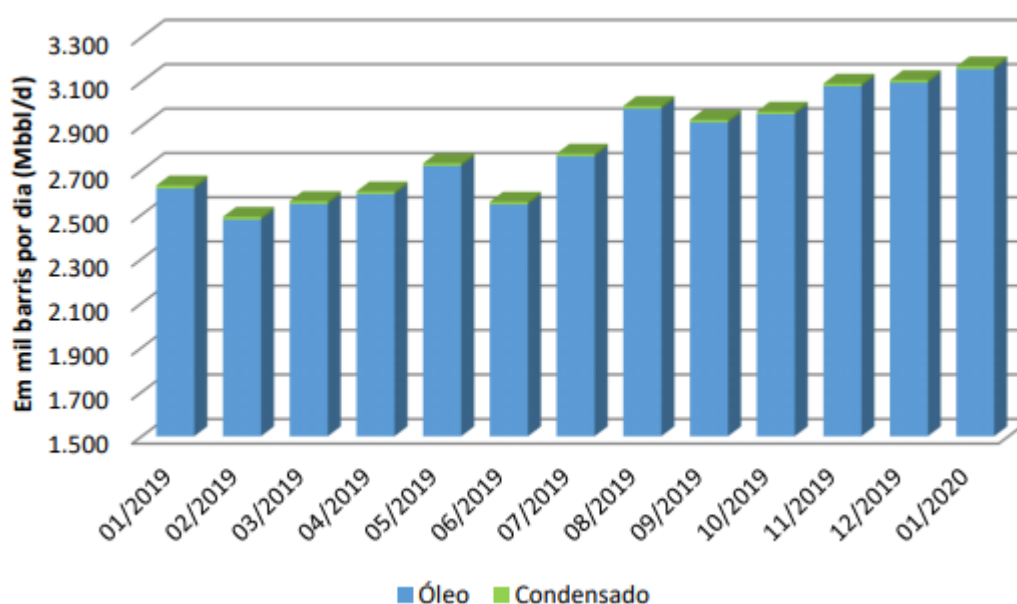
MERCADO

1. Produção de Petróleo e Gás Natural

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), pela primeira vez na história, a produção de petróleo e gás natural, no Brasil, no mês de janeiro, ultrapassou a marca de 4 milhões de barris de óleo equivalente por dia. O mês registrou recorde de produção, tanto de petróleo, quanto de gás natural.

De acordo com os dados da ANP, publicados no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, do mês de janeiro, a produção nacional de petróleo foi de 3,168 milhões de barris por dia, representando um aumento de 20,4% na comparação com o mesmo mês de 2019. O volume de petróleo registrado no primeiro mês de 2020 apresentou crescimento de 2% em relação ao mês de dezembro de 2019. O histórico de produção de petróleo do país durante o último ano é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Histórico de produção de petróleo (Mbb/d)

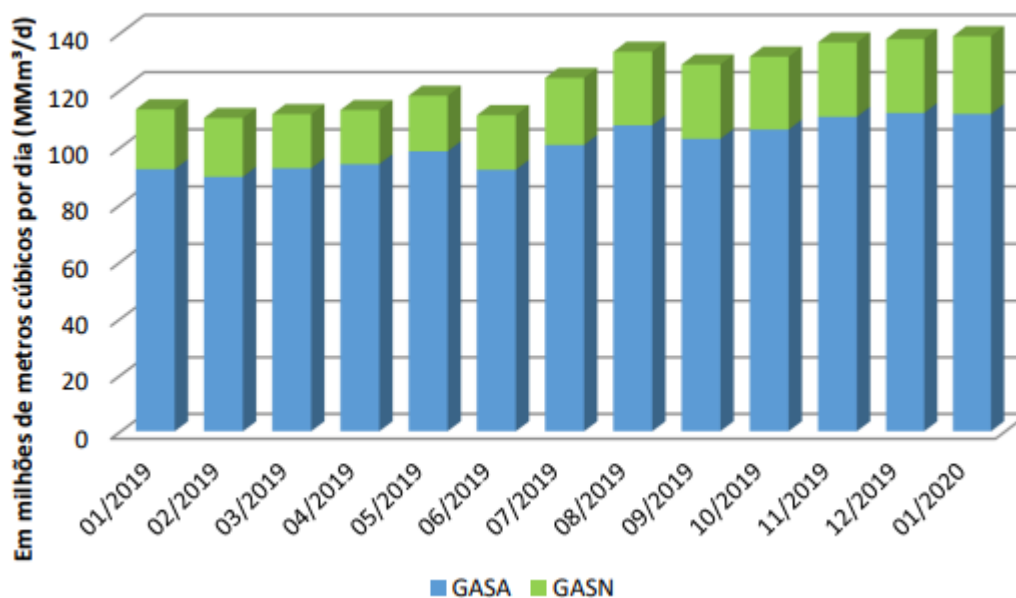


Fonte: ANP – Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural/Janeiro 2020.

Somado o gás natural, a produção nacional foi de 4,041 milhões de barris de óleo. A produção de gás natural, em janeiro, aumentou 0,7% em relação ao mês anterior, para 139 milhões m³/dia. Já na comparação com o mesmo período de 2019, a produção de gás

natural cresceu em 22,6%. O histórico de produção de gás natural no país, durante o último ano, é apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Histórico de produção de gás natural (MMm³/d)



Fonte: ANP - Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural/Janeiro 2020.

No primeiro mês de 2020, os campos operados pela Petrobras, em consórcio ou não, produziram 93,3% do petróleo e gás natural. Já os campos operados pela Petrobras, com participação exclusiva (100%), produziram 41,5% do petróleo e gás natural. Em janeiro, o aproveitamento de gás natural foi de 97,1%, enquanto a queima de gás foi de 4,034 MMm³/d, representando uma redução de 28,5% em relação ao mesmo mês de 2019.

2. Consumo de Gás Natural

Em matéria publicada pelo Valor Econômico, no dia 18 de fevereiro, o consumo de gás natural, no Brasil, em 2019, cresceu 0,9%, em comparação com 2018. De acordo com levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o mercado brasileiro consumiu, em média, 64,6 milhões m³/dia. Esse resultado foi puxado, sobretudo, pelas termelétricas e postos de Gás Natural Veicular (GNV). O segmento de geração elétrica cresceu 3,2% em relação ao ano anterior, para 23,89 milhões m³/dia, diante de um despacho maior das térmicas. O consumo de GNV também subiu 3,2%, para uma média de 6,25 milhões m³/dia.

As vendas de gás para o setor industrial, no entanto, recuaram 0,9%. No setor de cogeração, ocorreu uma redução de 9,5%. Já os setores comercial e residencial apresentaram crescimento nas vendas, com um aumento de 8,7% e 0,6%, respectivamente.

3. Plano Novo Mercado de Gás

3.1. Objetivos e situação atual

A matéria publicada pelo Globo, no dia 02 de fevereiro, destacou os três pilares do plano Novo Mercado de Gás, identificando seus respectivos objetivos e situação atual.

i. Produção e escoamento

Objetivo do plano: ampliação da produção de gás natural, com a entrada de novos agentes do setor, eliminando o monopólio da Petrobras. Também foi prevista a criação de regras de acesso, com diretrizes da ANP e arbitragem de conflitos.

Situação atual: a Petrobras se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a implementar medidas para facilitar o acesso de terceiros às infraestruturas da indústria de gás natural no país.

ii. Transporte

Objetivo do plano: desverticalização, com a venda de ativos de transporte pela Petrobras, e liberação de capacidade em gasodutos para concorrentes.

Situação atual: a Petrobras vendeu a subsidiária de gasodutos TAG e se comprometeu junto ao Cade a, também, vender outros ativos do segmento de transporte de gás.

iii. Distribuição

Objetivo do plano: incentivos às mudanças nas regulações estaduais para abrir mercado e facilitar a figura dos consumidores livres. Petrobras também se comprometeu a vender sua parte da Gaspetro, sócia de várias distribuidoras.

Situação atual: essa parte do plano depende dos estados para avançar.

3.2. Atuação dos estados

Após seis meses, desde o lançamento do plano Novo Mercado de Gás, o esperado “choque de energia barata”, prometido pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, para incentivar uma reindustrialização do país, não foi alcançado. Apesar do avanço de algumas medidas no âmbito federal, o plano sofre resistências nos estados e distribuidoras locais.

Como destacado na seção anterior, a adesão dos estados é necessária para a mudança da regulação da distribuição local de gás canalizado, incluindo a criação do mercado livre de gás. Esse mercado consiste na contratação direta de produtores por empresas consumidoras de gás, eliminando a intermediação da distribuidora. Dentre os estados que apresentaram avanços, destacam-se: Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. No entanto, a maioria dos estados do Brasil não adotaram medidas neste sentido.

Diante deste problema, as empresas que poderiam investir em empreendimentos industriais estimuladas pelo gás barato se posicionam com cautela em relação às mudanças na regulação dos estados, peça fundamental para o sucesso do plano do Governo. No entanto, integrantes da equipe econômica ainda esperam que a maior competição na produção e no transporte por gasodutos estimule os estados a avançar nas mudanças indicadas pelo plano. A pressa do Governo, nesse sentido, tem aumentado devido ao crescimento exponencial da produção de petróleo e gás no pré-sal, elevando a preocupação federal em relação aos investimentos necessários na infraestrutura de escoamento e distribuição e em empreendimentos industriais para o aproveitamento dessa maior produção.

Vale destacar que o Rio de Janeiro é o primeiro estado a abrir o mercado de gás natural. De acordo com a matéria publicada pelo O Globo, no dia 13 de fevereiro, pelas novas regras, aprovadas pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera), foi criada a figura do consumidor livre, que poderá, inclusive, construir seu próprio gasoduto. Até agora, qualquer consumidor era obrigado a comprar o gás da Naturgy (ex-Ceg), distribuidora do estado. Além disso, cabia a própria Naturgy construir a malha de dutos, o que dificultava a implementação de novos projetos.

Assim, o consumidor livre só vai pagar à distribuidora uma taxa pela operação e manutenção do trecho do gasoduto que construiu. Pelas regras, depois de 30 anos de

operação, por ser uma concessão, o gasoduto construído pelo consumidor livre volta para o Estado. Ou seja, para a Agenera, como já acontece agora.

Segundo a Agenera, a regra só vale para novos projetos ou para expansões e todos os contratos atuais de concessão serão mantidos sem qualquer alteração. Acredita-se que com essas mudanças poderá ser destravada uma série de novos investimentos no estado do Rio de Janeiro, principalmente com novos empreendimentos industriais e de termelétricas. Com isto, a Agenera toma a liderança entre as Agências Reguladoras Estaduais no processo de abertura do setor de gás natural, estabelecido no plano Novo Mercado de Gás.

Ainda de acordo com a matéria do Globo, o conselheiro-presidente da Agenera, Luigi Troisi, destacou que, com o novo marco regulatório no estado do Rio de Janeiro, os preços do combustível podem ter uma redução na tarifa final da ordem de 16%. O executivo também acredita que, no futuro, a redução dos preços do gás será ainda maior, na medida em que o consumidor livre poderá comprar o gás não só da Petrobras ou da distribuidora do Rio, mas de qualquer outro produtor que surgir no mercado, tendo em vista o aumento da produção do insumo nos campos do pré-sal e a possibilidade de importação de Gás Natural Liquefeito (GNL).

O grupo Naturgy afirmou que considera fundamental que a Agenera realize um estudo prévio sobre os impactos da nova regulação para os diversos segmentos (residencial, comercial, GNV, térmico e industrial) antes da conclusão das novas regras. No entanto, ressaltou que é a favor da liberalização do mercado de gás e da definição de regras claras de transição.

3.3. Preço do gás natural

O preço do insumo é formado pelo custo da molécula de gás, do transporte (dutos que ligam unidades de processamento a distribuidoras), da distribuição e de impostos. Desde o lançamento do plano, não houve alteração. O preço final do gás no Brasil está, em média, em US\$ 13 por milhão de BTU e, como forma de comparação, vale destacar que, nos EUA, o preço final é US\$ 3 por milhão de BTU.

3.4. Relatório do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural

De acordo com matéria publicada pela Agência Canal Energia, no dia 19 de fevereiro, o segundo relatório trimestral de avaliação do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural destaca o crescente interesse de agentes na exploração e produção de gás em terra. O documento, publicado em janeiro pelo Ministério de Minas e Energia (MME), ressalta que duas novas usinas termelétricas que serão supridas com gás *onshore* foram vencedoras do Leilão A-6 do ano passado e uma terceira (UTE Novo Tempo Barcarena) vai ser abastecida a partir de um terminal de regaseificação de GNL, no porto de Vila do Conde (PA).

O relatório do Comitê apresenta o andamento de uma série de ações, realizadas no último trimestre do ano passado, que integram o processo de abertura do mercado de gás, apresentadas a seguir.

- i. A execução do Termo de Compromisso firmado entre a Petrobras e o Cade;
- ii. A harmonização das regulações estaduais e federal;
- iii. Os avanços e discussões sobre o aprimoramento da legislação tributária; e
- iv. O andamento das atividades dos grupos de trabalho que discutem a integração do setor de gás com os setores elétrico e industrial.

Outro passo importante na implantação do novo mercado do gás, de acordo com o relatório, é a divulgação mensal pela ANP de informações dos contratos de compra e venda de gás natural, como preço médio e volume comercializado no Brasil, discriminadas por tipo de mercado atendido e região do cliente do contrato. Também são destacados os estudos produzidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre eles o Plano Decenal de Energia 2029, que estima investimentos em infraestrutura no setor de gás da ordem de R\$ 43 bilhões, até o fim da década.

3.5. Desequilíbrio no mercado de gás frente ao novo coronavírus

Segundo matéria do Valor Econômico, do dia 10 de fevereiro, o surto de coronavírus desestabilizou o mercado mundial de gás diante da forte queda na demanda e das ameaças de importadores chineses de cancelar até 70% das importações marítimas em fevereiro. Além disso, há, ainda, a dificuldade das empresas em conseguir pessoal para trabalhar nos portos. Os cancelamentos da China, segundo maior importador de GNL,

fizeram os preços cair para a menor cotação histórica e desencadearam conflitos com fornecedores.

A queda nos preços do gás representa um possível impulso para fábricas e consumidores, mas um problema para as empresas de fontes de energia, que alertaram para a possibilidade de grandes impactos nos lucros no primeiro semestre deste ano. O excesso de gás natural derrubou os preços asiáticos do GNL para o menor patamar histórico, de US\$ 2,95 por milhão de BTUs.

4. Geração Termelétrica

Em matéria publicada pela Brasil Energia, no dia 13 de fevereiro, segundo dados da Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE), as usinas termelétricas entregaram 12.112 MW médios para o sistema elétrico nacional, em dezembro de 2019, o que equivale a 19% de toda a energia gerada no país e representa um aumento de 73,4%, em relação a igual mês de 2018, quando foram gerados 6.985 MW médios. Ao todo, consumo e geração cresceram 0,5% no período.

Além disso, de acordo com matéria da Agência Canal Energia, do dia 20 de fevereiro, a geração de energia das usinas térmicas movidas à biomassa cresceu 3%, em 2019, quando comparado ao ano anterior. Ao todo, o Brasil produziu, em 2019, 3.108,6 MW médios, superando o resultado de 3.007,1 MW médios de 2018. O crescimento decorre principalmente da ampliação do número de empreendimentos e do aumento da capacidade instalada. Os maiores estados produtores foram: São Paulo (1.391 MW médios no período, com 41% da capacidade instalada das usinas do tipo no país), Mato Grosso do Sul (514,9 MW médios) e Minas Gerais (390,4 MW médios).

5. Lançamento do Plano Decenal de Energia 2029

Em 11 de fevereiro, foi lançada a versão final do Plano Decenal de Energia 2029 (PDE 2029) pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O PDE 2029 mantém uma participação relevante das fontes renováveis na capacidade instalada de geração de energia elétrica, considerando que hidrelétricas de grande e pequeno porte, eólicas, solares e termelétricas à biomassa serão responsáveis por 80% da matriz elétrica nacional.

O Plano contempla, ainda, o crescimento da geração termelétrica, especialmente a gás. Esse movimento é justificado pelo emprego desta fonte na garantia de segurança do suprimento, compensando a intermitência de fontes renováveis alternativas. As usinas térmicas, incluindo novas usinas a carvão, devem passar de 14%, em 2019, para 18%, no final do período considerado. É projetada, ainda, a ampliação da capacidade térmica instalada de 22,3 GW para 42,1 GW, até 2029.

Segundo matéria publicada no Canal Energia, em 11 de fevereiro, *“a projeção de investimento no setor energético como um todo é de R\$ 2,34 trilhões, dos quais R\$ 456 bilhões estão previstos para o setor elétrico e o restante em petróleo e gás. Na expansão da matriz elétrica, R\$ 303 bilhões virão de projetos de geração centralizada, R\$ 50 bilhões da geração distribuída e R\$ 104 bilhões da transmissão”*.

Ainda de acordo com a publicação, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Reive Barros, avalia que o gás tem importante papel no planejamento. *“Os investimentos indicativos associados ao novo mercado de gás devem totalizar R\$ 43 bilhões, valor acima dos R\$ 18 bilhões projetados no cenário de referência. Eles incluem a instalação de gasodutos de escoamento (R\$ 13,5 bilhões) e de transporte (R\$ 17,06 bilhões), de unidades de processamento de gás natural (R\$ 11,03 bilhões) e de terminais de regaseificação de GNL (R\$ 0,8 bilhão)”*.

Referências:

Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural/ Janeiro 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/producao/2020-01-boletim.pdf>

‘Choque de Energia Barata’ prometido por Guedes não avança por resistência dos estados. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/choque-de-energia-barata-prometido-por-guedes-nao-avanca-por-resistencia-dos-estados-24225063>

Surto na China desequilibra mercado de gás. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/10/surto-na-china-desequilibra-mercado-de-gas.ghtml>

Geração à biomassa aumentou 3% em 2019, afirma CCEE. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53127605/geracao-a-biomassa-aumentou-3-em-2019-afirma-ccee>

Geração térmica aumentou 73% em dezembro. Disponível em: <https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/geracao-termica-aumentou-73-em-dezembro/>

PDE 2029 aumenta aposta nas térmicas a gás. Disponível em: <https://canalenergia.com.br/noticias/53126722/pde-2029-aumenta-aposta-nas-termicas-a-gas>

Rio é o primeiro estado a abrir mercado de gás; preço pode cair até 16%. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rio-o-primeiro-estado-abrir-mercado-de-gas-preco-pode-cair-ate-16-24244506>

Consumo de gás cresce em 2019, puxado por térmicas e GNV, diz Abegás. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/18/consumo-de-gas-cresce-em-2019-puxado-por-termicas-e-gnv-diz-abegas.ghtml>

Relatório destaca interesse crescente no gás *onshore*. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53127192/relatorio-destaca-interesse-crescente-no-gas-onshore>

LEILÕES

A empresa de consultoria Wood Mackenzie publicou um relatório intitulado “Leilões de Energia Térmica no Brasil – Parte II: porque a estrutura de preços atual falha” (traduzido do inglês), em que aponta desajustes entre o mecanismo de precificação do gás natural utilizado pela EPE e o programa Novo Mercado de Gás, os quais podem limitar os contratos de fornecimento de gás.

Dentre os problemas sinalizados pela consultoria, destacam-se (i) a falta de definição das reformas do mercado de gás quanto ao acesso de terceiros aos dutos de transporte e terminais de regaseificação de GNL, (ii) a migração para tarifas de transporte de entrada e saída e (iii) aspectos tributários.

Outro ponto levantado é o fato de os preços de referência divulgados pela EPE serem baseados em relatórios de diferentes agências. Embora tal processo possa conferir maior transparência e confiabilidade, é sinalizado que a utilização de metodologias diferentes nos diversos relatórios pode implicar em inconsistências no indicador.

O relatório aponta, ainda, que o preço médio do combustível é calculado com base em uma previsão de 10 anos a partir da realização do leilão, não sendo adequada ao prazo de 25 anos dos contratos de compra de energia. O estudo afirma que o cálculo feito pela EPE também não contempla a evolução de longo prazo da matriz energética brasileira. Assim, com estas questões, os valores reais podem apresentar variação significativa em relação às projeções utilizadas nos leilões, o que representaria grande risco para os agentes envolvidos nos leilões e a possibilidade de prejuízo aos consumidores.

Referências:

Preços do gás em leilões estão desalinhados ao Novo Mercado de Gás. Disponível em: <https://canalenergia.com.br/noticias/53126700/precos-do-gas-em-leiloes-estao-desalinhados-ao-novo-mercado-de-gas>

REGULAÇÃO

Em 19 de fevereiro, o governo do estado do Rio de Janeiro publicou o Decreto nº 46.944/2020, a partir do qual empresas ou consórcios sediados no estado e que lá implementarem projetos de geração termelétrica terão tratamento tributário diferenciado. A mudança da tributação ocorre no lançamento do ICMS incidente em operações realizadas por empresas ou consórcios de empreendimentos termelétricos. Essas operações envolvem a importação de equipamentos destinados à instalação da usina, a compra interna de máquinas e a aquisição interna ou importação de gás natural.

O decreto estabelece, como contrapartida das empresas beneficiadas que consumirem o gás natural na geração térmica, o investimento de, pelo menos, 2% do custo variável relativo ao combustível, apurado a cada ano, em projetos de geração com fontes renováveis ou, opcionalmente, em projetos de conservação de energia em prédios públicos, de iluminação pública, de monumentos de interesse turístico ou em estudos sobre o setor energético do estado do Rio de Janeiro.

Segundo matéria do Canal Energia, publicada em 19 de fevereiro, como justificativa para a isenção fiscal, o governo do estado aponta *“a importância do desenvolvimento do mercado de gás natural e a relação dele com a geração térmica e na relevância do desenvolvimento do potencial dos campos do Pré-Sal para o Brasil e para o Rio de Janeiro, com a vocação natural do estado para o desenvolvimento da indústria de gás e de energia a partir de UTEs movidas pelo insumo”*.

O decreto, no entanto, foi questionado pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. Em ofício enviado ao governo do estado, o Conselho pede que seja informado como ocorrerá a compensação da receita anual de R\$ 600 milhões que será perdida com a concessão deste incentivo. Foi dado um prazo de 30 dias para os esclarecimentos.

No dia seguinte à assinatura do decreto, deputados da Alerj impuseram uma derrota ao governador Wilson Witzel e, em votação que contabilizou 42 votos a favor e 5 contra, derrubaram a medida que garantia isenção fiscal a térmicas.

Segundo matéria veiculada pelo portal G1, em 21 de fevereiro, o deputado Márcio Pacheco (PSC) defendeu o decreto argumentando que haveria investimentos em torno

de U\$ 2 bilhões e a criação de até 20 mil empregos no estado. Como vozes contrárias ao decreto, apresentam-se o deputado André Ceciliano (Sem Partido) e, até mesmo, o Ministério da Economia, Paulo Guedes.

Referências:

Governo do RJ dá tributação especial para usinas termelétricas. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53127429/governo-do-rj-da-tributacao-especial-para-usinas-termeletricas>

Conselho questiona decreto assinado por Witzel que concede isenção fiscal a usinas de energia. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/20/conselho-questiona-decreto-assinado-por-witzel-que-pede-fim-de-isencao-fiscal-a-usinas-de-energia.ghtml>

Alerj derruba decreto que dava isenção fiscal a empresas que investissem em termelétricas no RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/21/alerj-derruba-decreto-que-dava-isencao-fiscal-a-empresas-que-investissem-em-termeletricas-no-rj.ghtml>

EMPRESAS

Em 2019, a Petrobras registrou uma geração de energia elétrica 8% inferior do que o ano anterior, o que, na avaliação da empresa, ocorreu devido a um melhor cenário hidrológico. Apesar deste movimento, o aumento da produção do pré-sal na Bacia de Santos e a maior participação de GNL na oferta total, em decorrência da queda do preço deste insumo no mercado internacional, levaram ao aumento da entrega de gás nacional, que foi de 49 milhões m³/dia para 51 milhões m³/dia.

No quarto trimestre de 2019, devido à reversão do quadro hidrológico, a Petrobras registrou um aumento de 15,9% na geração de energia elétrica em relação ao trimestre anterior, ficando em 2.539 MW med. Com a melhora da remuneração via PLD, houve maior geração de energia fora da ordem de mérito, em razão do menor custo médio de compra de gás natural. O maior despacho térmico impulsionou a venda de GNL, que chegou a 80 milhões m³/dia, no quarto trimestre do ano passado.

Referência:

Geração de energia da Petrobras recua em 2019, mas entrega de gás nacional sobe.
Disponível em: <https://canalenergia.com.br/noticias/53126577/geracao-de-energia-da-petrobras-recua-em-2019-mas-entrega-de-gas-nacional-sobe>